Depoimento de Maria da Glória Tavares de Magalhães Ramalho

Sobre perseguições da PIDE/DGS a Pedro Manuel Barbosa Ferraz de Abreu

Eu, Maria da Glória Tavares de Magalhães Ramalho, portadora do cartão de cidadão no ', residente na 1700-244 Lisboa, concelho de Lisboa, venho prestar testemunho sobre perseguições da PIDE/DGS que atingiram Pedro Manuel Barbosa Ferraz de Abreu (aqui designado por Pedro Ferraz de Abreu ou simplesmente Pedro) e conduziram a situações de clandestinidade forçada pela Ditadura.

Conheci o Pedro Ferraz de Abreu no ano de 1969 no meu 4º ano da licenciatura na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. Nesse ano aproximei-me da Associação de Estudantes (AEFCL) e comecei a colaborar nas suas actividades.

O Pedro, que tinha sido eleito para a Direcção da AEFCL de 1968/69, intervinha activamente nas reuniões da AEFCL e participava também activamente nas reuniões inter-associações de estudantes (RIAs).

Em Novembro de 1969 houve eleições para a Associação de Estudantes e eu fiz parte da direcção eleita. Em Novembro de 1970, nas novas eleições para AEFCL, fiz de novo parte da Direcção, neste caso enquanto Presidente. O Pedro integrou esta Direcção, como Vice-Presidente, e ambos fizemos parte do núcleo coordenador, designado formalmente como "Comissão Directiva", que foi um alvo privilegiado de perseguições pelo regime fascista e a sua PIDE/DGS, perseguições estas que, existindo já nos anos anteriores, se intensificaram de forma acentuada desde o inicio de 1971.

Eu própria viria a ser presa em 14 de Outubro de 1972 (e libertada em 22 de Dezembro do mesmo ano por não terem provas que justificassem o prolongamento da minha prisão). Na sequência dessa prisão, fui expulsa da faculdade (tal como o Pedro) e expulsa da função pública.

Estou, por isso, em condições, por conhecimento directo de causa, de testemunhar relativamente a perseguições que dizem directamente respeito ao Pedro Ferraz de Abreu, embora aqui me limite a alguns acontecimentos e factos, para ser breve.

Logo no inicio do ano (1 de Fevereiro 1971), membros da Direcção, incluindo o Pedro, foram convocados pela Policia e notificados com ameaças de "sanções", caso continuassem a actvidade da luta estudantil.

Em Maio de 1971, vários estudantes foram presos quando distribuíam comunicados à população à porta da AEFCL sobre os acontecimentos ocorridos no movimento estudantil. Os estudantes de Ciências manifestaram-se e identificaram um pretenso estudante que era portador de cartão da Legião. O movimento, orientado pelo Pedro, conduziu-o ao Conselho Escolar onde foi apresentado para que os professores presentes tomassem conhecimento da

existência nas instalações da faculdade de um indivíduo realmente estranho à faculdade, um legionário.

No dia seguinte, 28 de Maio de 1971, a PSP invadiu a Faculdade, a Associação de Estudantes foi assaltada e foi apreendida a maquinaria da Secção de Folhas. A AEFCL foi encerrada e a sua Direcção perseguida pela PIDE/DGS que, de resto, deteve todos os estudantes que na altura se encontravam nas instalações, e não os libertou senão no dia seguinte, depois de os identificar e concluir que não eram membros da Direcção.

A Direcção foi assim obrigada a sair da circulação, e manteve-se clandestina fora de Lisboa. Primeiro, numa clandestinidade total, nomeadamente não aparecendo em público até ao início do ano lectivo seguinte, por volta de Outubro/Novembro de 1971, quando os estudantes, após as férias de verão, já frequentavam de novo a faculdade. Durante esses muitos meses partilhei esse confinamento com o Pedro e com outros elementos da Direcção da AEFCL.

Mas, na prática, a perseguição e assédio à Direcção continuou desde essa altura, mantendo-se a AEFCL encerrada, e culminando com as prisões e mandatos de captura, desta vez individuais, de que o Pedro foi alvo, junto com alguns outros dirigentes, como foi o meu caso, na sequência da luta estudantil de revolta pelo assassinato de um estudante pela PIDE, em Outubro de 1972.

Como se fosse para ter a certeza de obrigar o Pedro (e outros) a não poder mais voltar a sair da clandestinidade ou exilio politico, quase em simultâneo com um mandato de captura, o Pedro foi primeiro suspenso da Faculdade e impedido de lá entrar; depois, foi expulso por dois anos; e ainda incorporado compulsivamente no exército no inicio de 1973.

Na prática, o Pedro foi obrigado a passar de uma clandestinidade intermitente (desde Novembro 1971) a uma clandestinidade total, desde o seu mandato de captura em Outubro de 1972, até à libertação propiciada pelo 25 de Abril em 1974.

Acresce ainda que o Pedro era um dos trabalhadores da secção de folhas, contratado pelas suas competências técnicas em impressão por *offset*. Ora a 28 de Maio de 1971, quando o governo mandou encerrar a Associação de Estudantes, encerrou também a sua secção de folhas, e apreendeu todo o equipamento. Este encerramento, para além de prejudicar a actividade associativa normal, teve um impacto grave em todos os funcionários da secção de folhas, entre eles, Pedro Ferraz de Abreu, pois ao impossibilitar o seu trabalho, retirou-lhes os proventos que daí adviriam.

Lisboa, 16 de Agosto de 2021

Maria da Glória Tavares de Magalhães Ramalho